

SCARPINELLA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**VOLUME
ÚNICO**

Inteiramente estruturado à Luz do

NOVO CPC

Lei n. 13.105, de 16-3-2015

2015

100 ANOS
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
(EP) 05413-909

PABX. (11) 3613 3000

SAC. 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Projeto gráfico Claudirene de Moura Santos Silva

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Cecília Deus

Simone Silberschmidt

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão EGB - Editora Gráfica Bernardi Ltda.

Acabamento EGB - Editora Gráfica Bernardi Ltda.

ISBN 978-85-02-63548-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bueno, Cassio Scarpinella

Manual de direito processual civil : inteiramente estruturado à luz do novo CPC -- Lei n. 13.105, de 16-3-2015 / Cassio Scarpinella Bueno. São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Processo civil 2. Processo civil -- Brasil 3. Processo civil -- Legislação -- Brasil I. Título.

15-06124

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil	347.9(81)
2. Brasil : Processo civil	347.9(81)

Data de fechamento da edição: 3-8-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

139.815.001.001

Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas</i>	29
<i>Prólogo</i>	31
Capítulo 1	
Considerações Propedêuticas	35
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil?	35
2. O modelo constitucional do direito processual civil	37
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil.....	39
2.1.1 Acesso à justiça.....	40
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional).....	41
2.1.3 Contraditório (cooperação)	42
2.1.4 Ampla defesa.....	43
2.1.5 Juiz natural.....	43
2.1.6 Imparcialidade.....	44
2.1.7 Duplo grau de jurisdição	44
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais.....	45
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	46
2.1.10 Isonomia	46
2.1.11 Publicidade	47
2.1.12 Motivação.....	48
2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	48
2.1.14 Assistência jurídica integral e gratuita.....	49
2.1.15 Duração razoável do processo (eficiência processual).....	49
2.1.16 Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo)	50
2.1.17 Princípios-síntese	51
2.2 Organização judiciária	51
2.3 Funções essenciais à Justiça	53
2.3.1 Magistratura	53
2.3.2 Ministério Público	54
2.3.3 Advocacia.....	55

2.3.4	Defensoria pública.....	57
2.4	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	58
2.5	Reflexão	59
3	Institutos fundamentais do direito processual civil.....	61
3.1	Jurisdicção.....	62
3.2	Ação	64
3.3	Processo.....	67
3.4	Defesa.....	69
4	O neoconcretismo.....	71
4.1	Tutela jurisdicional.....	74
4.1.1	Cognição jurisdicional.....	75
4.2	Procedimento	76
5	Convite	76

Capítulo 2

Normas Processuais Cíveis.....		78
1	Para começar.....	78
2	Normas fundamentais do processo civil	78
2.1	O modelo constitucional do direito processual civil.....	79
2.2	O princípio da inércia da jurisdição	80
2.3	Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos	81
2.4	Princípio da eficiência processual.....	82
2.5	A boa-fé objetiva.....	83
2.6	Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	85
2.7	Princípio da isonomia (paridade de armas)	87
2.8	Hermenêutica do direito processual civil.....	88
2.9	Princípio do contraditório.....	88
2.10	Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	89
2.11	Princípios da publicidade e da fundamentação	90
2.12	Ordem cronológica de conclusão	91
3	Aplicação das normas processuais	93

Capítulo 3

Função Jurisdicional.....		96
1	Para começar.....	96

2.	Jurisdição	96
3.	Ação	98
3.1	Legitimação extraordinária	101
3.2	Ainda sobre o interesse de agir	102
4.	Limites da jurisdição nacional	103
5.	Cooperação internacional	105
5.1	Disposições gerais	105
5.2	Auxílio direto	106
5.3	Carta rogatória	108
5.4	Disposições comuns	108
6.	Competência	109
6.1	Disposições gerais	109
6.2	Modificação da competência	114
6.3	Incompetência	116
7.	Cooperação nacional	119

Capítulo 4

Sujeitos do Processo		120
1.	Para começar	120
2.	Partes e procuradores	120
2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual)	121
2.2	Deveres	124
2.3	Responsabilidade das partes por dano processual	126
2.4	Despesas, honorários advocatícios e multas	127
2.5	Gratuidade da Justiça	133
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	136
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	139
3.	Litiscôncito	140
3.1	Regime do litiscôncito	144
4.	Intervenção de terceiros	146
4.1	Assistência	147
4.1.1	Assistência simples e assistência litiscôncito	148
4.1.2	Atuação do assistente	149

4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	151
4.2	Denúnciação da lide.....	151
4.2.1	Posição do denunciado.....	153
4.2.2	Julgamento da denúncia e verbas de sucumbência	156
4.3	Chamamento ao processo	156
4.3.1	Sentença de procedência	157
4.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	158
4.5	<i>Amicus curiae</i>	160
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	163
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz	163
5.2	Impedimento e suspeição.....	169
5.3	Auxiliares da Justiça.....	171
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	171
5.3.2	Perito	173
5.3.3	Depositário e administrador	173
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	174
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais.....	174
6.	Ministério Público.....	178
7.	Advocacia pública	180
8.	Defensoria Pública.....	181

Capítulo 5

Atos Processuais	183
1. Para começar.....	183
2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	183
3. Forma dos atos processuais	183
3.1 Prática eletrônica de atos processuais	185
3.2 Atos das partes.....	186
3.3 Pronunciamentos do juiz	187
3.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	189
3.5 Negócios processuais	190
3.6 Calendário processual	193
4. Tempo dos atos processuais.....	195
5. Lugar dos atos processuais	196

6.	Prazos	196
6.1	Contagem e fluência	198
6.2	Verificação e penalidades	200
7.	Comunicação dos atos processuais	201
7.1	Citação	202
7.1.1	Modalidades de citação.....	203
7.2	Cartas	206
7.3	Intimações	207
8.	Nulidades.....	209
9.	Distribuição e registro	214
10.	Valor da causa	215

Capítulo 6

Tutela Provisória	217
1. Para começar.....	217
2. Nomenclatura empregada	217
3. Tutela provisória e suas espécies.....	218
4. Disposições gerais	221
4.1 Competência.....	221
4.2 Dever de motivação	222
4.3 Duração da tutela provisória	222
4.4 Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação)	223
4.5 Tutela provisória requerida em caráter incidental	224
4.6 Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória.....	224
5. Tutela de urgência	225
5.1 Pressupostos	225
5.2 Caução.....	225
5.3 Concessão liminar ou mediante audiência de justificação.....	225
5.4 Quando houver irreversibilidade	226
5.5 Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	227
5.6 Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	228
6. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	228
6.1 Petição inicial.....	229
6.2 Se concedida a tutela antecipada antecedente	230

6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente	231
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	232
6.5	Estabilização da tutela provisória	232
6.5.1	Dinâmica da estabilização	233
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	234
7.1	Citação do réu e suas atitudes	235
7.2	Apresentação do pedido principal	236
7.3	Duração	237
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	237
8.	Tutela da evidência	238
9.	Restrições a tutela provisória	240

Capítulo 7

Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	246
1. Para começar.....	246
2. Formação do processo.....	246
3. Suspensão do processo.....	249
3.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	250
3.2 Convenção das partes	251
3.3 Arguição de impedimento ou suspeição.....	251
3.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	252
3.5 Relações externas com a decisão de mérito	252
3.5.1 Relação entre processos civil e penal.....	253
3.6 Força maior	253
3.7 Tribunal marítimo.....	253
3.8 Outros casos previstos no CPC	254
4. Extinção do processo.....	255
4.1 Extinção do processo e prévio saneamento	257

Capítulo 8

Fase Postulatória.....	258
1. Para começar.....	258
2. Petição inicial.....	259
2.1 O juízo a que é dirigida.....	259

2.2	Qualificação das partes	259
2.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	260
2.4	O pedido com as suas especificações.....	260
2.5	O valor da causa.....	262
2.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	263
2.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	263
2.8	Outras exigências.....	264
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	265
3.1	Juízo de admissibilidade positivo.....	265
3.2	Juízo de admissibilidade neutro	266
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	266
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	267
3.3.2	Improcedência liminar do pedido.....	269
4.	Audiência de conciliação ou de mediação.....	270
4.1	Não realização.....	272
4.2	Dinâmica	274
5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	274
5.1	Contestação	275
5.1.1	Prazo.....	276
5.1.2	Preliminares	277
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação.....	277
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa.....	278
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa.....	279
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial.....	279
5.1.2.5	Perempção	280
5.1.2.6	Litispendência e coisa julgada	280
5.1.2.7	Conexão	281
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	281
5.1.2.9	Convenção de arbitragem	282
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	283
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	283

5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	284
5.1.3	Defesas de mérito	284
5.2	Reconvenção	286
5.3	Revelia	287
5.4	Outros comportamentos do réu	288

Capítulo 9

Fase Ordinatória	289
1. Para começar.....	289
2. Providências preliminares.....	290
3. Julgamento conforme o estado do processo.....	291
3.1 Extinção do processo	291
3.1.1 Extinção sem resolução de mérito	292
3.1.2 Extinção com resolução de mérito.....	292
3.1.3 Extinção parcial.....	293
3.2 Julgamento antecipado do mérito	294
3.3 Julgamento antecipado parcial do mérito	296
3.4 Saneamento e organização do processo	299
3.4.1 Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização	300
3.4.2 Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	301
3.4.3 Audiência de saneamento (saneamento cooperativo).....	302
3.4.4 Prova testemunhal	303
3.4.5 Prova pericial.....	304

Capítulo 10

Fase Instrutória	305
1. Para começar.....	305
2. Audiência de instrução e julgamento.....	305
2.1 Abertura e adiamento da audiência.....	307
2.2 Instrução e debates	308
2.3 Julgamento	309
3. Direito probatório	311
3.1 Disposições gerais.....	311
3.2 Princípios	311
3.3 Ônus da prova	314

3.4 Objeto da prova.....	315
3.5 Dinâmica da prova.....	315
4. Produção antecipada da prova.....	316
5. Ata notarial	318
6. Depoimento pessoal	319
6.1 Produção do depoimento.....	320
7. Confissão	321
7.1 Espécies e regime jurídico.....	322
8. Exibição de documento ou coisa	323
8.1 Exibição requerida em face da parte contrária.....	324
8.2 Exibição requerida em face de terceiro	325
8.3 Exibição determinada de ofício	326
9. Prova documental	326
9.1 Força probante dos documentos	326
9.2 Arguição de falsidade	329
9.3 Produção da prova documental.....	330
10. Documentos eletrônicos.....	331
11. Prova testemunhal.....	332
11.1 Admissibilidade e valor da prova testemunhal	332
11.2 Produção da prova testemunhal	333
12. Prova pericial	336
12.1 Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia.....	337
12.2 Produção da prova pericial.....	339
12.3 Avaliação da perícia.....	339
12.4 Perícia consensual.....	340
13. Inspeção judicial	340
 Capítulo 11	
Fase Decisória	342
1. Para começar.....	342
2. Sentença.....	343
2.1 Sentenças terminativas.....	344
2.1.1 Indeferimento da petição inicial	344
2.1.2 Paralisação e abandono do processo	344

2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos.....	345
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	345
2.1.5	Desistência	345
2.1.6	Intransmissibilidade do direito	346
2.1.7	Outros casos.....	346
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz.....	347
2.1.9	Peculiaridade recursal.....	348
2.1.10	Repropositura da demanda	349
2.2	Sentenças definitivas	349
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	349
2.2.2	Decadência ou prescrição	350
2.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos	350
2.2.4	Possibilidade de julgamento de mérito	351
2.3	Elementos da sentença. Dever de fundamentação	352
2.4	Vinculação da sentença ao(s) pedido(s).....	353
2.5	Fatos novos	354
2.6	Princípio da invariabilidade da sentença	355
3.	Hipoteca judiciária	355
4.	Remessa necessária.....	356
5.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	357
5.1	Prestações de fazer ou não fazer	358
5.2	Prestações de entrega de coisa.....	358
5.3	Conversão em perdas e danos.....	359
6.	Sentença e emissão de declaração de vontade	360
7.	Coisa julgada.....	360
7.1	Coisa julgada formal e coisa julgada material	361
7.2	Limites objetivos.....	362
7.2.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	364
7.3	Limites subjetivos	366
7.4	Limites temporais	367
7.5	Preclusão	368

Capítulo 12

Liquidação.....	370
1. Para começar.....	370
2. Liquidação parcial	373
3. Limites cognitivos da liquidação.....	373
4. Liquidação por arbitramento.....	373
5. Liquidação pelo procedimento comum	374
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos	375
7. Liquidação provisória.....	376

Capítulo 13

Cumprimento de Sentença.....	377
1. Para começar.....	377
2. Disposições gerais	379
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária	380
2.2 Títulos executivos judiciais	382
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional.....	383
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial	383
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	384
2.2.4 Formal e certidão de partilha.....	384
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça.....	385
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	385
2.2.7 Sentença arbitral.....	386
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	386
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento	387
2.3 Competência.....	387
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado....	388
3. Cumprimento provisório.....	389
3.1 Conceito e espécies.....	390
3.2 Regime do cumprimento provisório.....	391
3.2.1 Impugnação	392
3.2.2 Incidência de multa no caso de não pagamento.....	392
3.2.3 Honorários de advogado.....	393
3.2.4 Retorno ao estado anterior.....	394

3.2.5	Execução provisória e título executivo extrajudicial	394
3.3	Dispensa da caução	395
3.3.1	Manutenção da caução	396
3.3.2	Prestação da caução	397
3.4	Documentação para o cumprimento provisório	397
3.4.1	Momento de formulação do requerimento.....	399
3.5	Outras modalidades obrigacionais	399
4.	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	399
4.1	Fluência do prazo para pagamento	401
4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	402
4.3	Impugnação.....	404
4.3.1	Matérias arguíveis na impugnação	405
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação.....	405
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte	405
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	405
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	407
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	407
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	408
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação	408
4.3.2	Suspeição e impedimento	409
4.3.3	Efeito suspensivo.....	409
4.3.4	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade.....	410
4.4	Iniciativa do réu.....	411
4.5	Atipicidade dos meios executivos.....	412
5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	413
5.1	Outras técnicas executivas	414
5.2	Tipos de alimentos tutelados.....	415
5.3	Constituição de capital.....	416
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	417
6.1	Impugnação.....	419

6.1.1	Efeito suspensivo.....	+20
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	+22
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	+22
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer	+23
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente	+24
7.1.2	Técnicas executivas	+24
7.1.2.1	Especialmente a multa	+26
7.2	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	+28

Capítulo 14

Procedimentos Especiais.....	430
1. Para começar.....	430
1.1 Um tema com variações.....	431
1.2 Primeira visão dos procedimentos especiais	433
1.3 A nomenclatura empregada	434
2. Ação de consignação em pagamento	435
3. Ação de exigir contas.....	436
4. Ações possessórias.....	438
5. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	441
6. Ação de dissolução parcial de sociedade.....	443
7. Inventário e partilha.....	445
8. Embargos de terceiro.....	449
9. Oposição.....	452
10. Habilitação	453
11. Ações de família	453
12. Ação monitória.....	455
13. Homologação do penhor legal.....	457
14. Regulação de avaria grossa	458
15. Restauração de autos	458
16. Jurisdição voluntária	459
16.1 Disposições gerais.....	461

16.2 Notificação e interpelação	462
16.3 Alienação judicial.....	462
16.4 Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio	462
16.5 Testamentos e codicilos.....	464
16.6 Herança jacente	465
16.7 Bens dos ausentes	465
16.8 Coisas vagas.....	466
16.9 Interdição	466
16.10 Disposições comuns à tutela e à curatela	468
16.11 Organização e fiscalização das fundações.....	469
16.12 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	469

Capítulo 15

Processo de Execução	471
1. Para começar.....	471
2. Disposições gerais da execução.....	472
2.1 Partes.....	474
2.2 Competência.....	477
2.3 Título executivo.....	477
2.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	478
2.3.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	479
2.3.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	479
2.3.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	479
2.3.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	480
2.3.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	480
2.3.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio	481
2.3.8 Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	481

2.3.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	481
2.3.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício.....	482
2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	482
2.3.12	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	483
2.3.13	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	483
2.3.14	Título executivo e “processo de conhecimento”	483
2.4	Responsabilidade patrimonial	484
2.5	Fraude à execução	486
3	Diversas espécies de execução	487
3.1	Petição inicial.....	489
3.2	Execução para entrega de coisa	491
3.2.1	Coisa certa.....	491
3.2.2	Coisa incerta.....	493
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	494
3.3.1	Obrigações de fazer	494
3.3.2	Obrigações de não fazer.....	495
3.4	Execução por quantia certa	496
3.4.1	Citação e arresto	497
3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução	498
3.4.3	Penhora, depósito e avaliação.....	499
3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	501
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora.....	502
3.4.3.3	Modificações da penhora	503
3.4.3.4	Modalidades de penhora.....	504
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira.....	505
3.4.3.4.2	Penhora de créditos	505
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personalizadas	506
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	507

3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	507
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	508
3.4.3.5	Avaliação.....	510
3.4.4	Expropriação	511
3.4.4.1	Adjudicação	511
3.4.4.2	Alienação	513
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular.....	513
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	514
3.4.5	Satisfação do crédito.....	521
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	522
3.4.5.2	Concurso singular de credores.....	522
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	523
3.4.7	Execução de alimentos	526
4.	Embargos à execução	528
4.1	Prazo	529
4.2	Fundamentos.....	529
4.3	Rejeição liminar	531
4.4	Efeito suspensivo	532
4.5	Procedimento e julgamento.....	533
4.6	Moratória.....	533
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	534
5.1	Suspensão.....	534
5.2	Extinção.....	535

Capítulo 16

Processos nos Tribunais.....	537
1. Para começar.....	537
2. Disposições gerais	538
2.1 Direito jurisprudencial	542
2.2 Julgamento de casos repetitivos	549
3. Ordem dos processos nos tribunais.....	550
3.1 Deveres-poderes do relator	551
3.2 Preparativos para o julgamento	552
3.3 Sustentação oral.....	553

3.4	Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	554
3.5	Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria	556
4.	Incidente de assunção de competência.....	557
4.1	Pressupostos e finalidade	557
4.2	Competência.....	558
4.3	Legitimidade e instauração.....	558
4.4	Consequências do julgamento.....	559
5.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	559
5.1	Dispensa	560
5.2	Instrução	560
5.3	Julgamento e consequências.....	561
6	Conflito de competência	562
6.1	Instauração e legitimidade	562
6.2	Contraditório e instrução.....	563
6.3	Atitudes do relator	563
6.4	Julgamento colegiado e consequências.....	563
7.	Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	564
7.1	Abrangência.....	564
7.2	Homologação de medidas de urgência	565
7.3	Elementos para a homologação	566
7.4	Procedimento.....	567
7.5	Cumprimento	568
8.	Ação rescisória	568
8.1	Hipóteses de cabimento	569
8.1.1	A “ação anulatória”	571
8.2	Legitimidade	572
8.3	Petição inicial.....	572
8.4	Tutela provisória	574
8.5	Procedimento.....	575
8.6	Julgamento	575
8.7	Prazo	576
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	577
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	577
9.2	Legitimados	579

9.5	Ofício ou petição de instauração	580
9.6	Admissibilidade	581
9.7	Atitudes do relator	582
9.5.1	Suspensão dos processos	582
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF	583
9.5.2	Instrução	585
9.6	Julgamento	586
9.6.1	Abrangência	587
9.6.2	Consequências	588
9.6.3	Divulgação	590
9.6.4	Prazo	591
9.7	Revisão da tese	592
9.8	Recurso extraordinário e recurso especial	593
10	Reclamação	595
10.1	Natureza jurídica	595
10.2	Hipóteses de cabimento	596
10.3	Competência, legitimidade e petição inicial	597
10.4	Atitudes do relator e procedimento	597
10.5	Julgamento e suas consequências	598

Capítulo 17

Recursos.....	599
1. Para começar.....	599
2. Elementos de uma teoria geral dos recursos	599
2.1 Definição	599
2.2 Classificação	600
2.3 Princípios	601
2.4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	605
2.5 Efeitos.....	606
3. Disposições gerais	606
3.1 Cabimento	606
3.2 Eficácia imediata e efeito suspensivo	608
3.3 Legitimidade	610
3.4 Recursos adesivos	610

3.5	Atos dispositivos relativos ao recurso	611
3.6	Tempestividade	612
3.7	Recurso de litisconsorte	613
3.8	Preparo	613
3.9	Efeito substitutivo	615
3.10	Baixa de autos	615
4.	Apelação	615
4.1	Petição de interposição	616
4.1.1	Questões novas	617
4.2	Efeito suspensivo	617
4.2.1	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	619
4.3	Efeito devolutivo e translativo	619
4.4	No tribunal	622
5.	Agravo de instrumento	622
5.1	Petição de interposição	624
5.1.1	Formação do instrumento	625
5.2	Apresentação na primeira instância	625
5.3	No tribunal	626
6.	Agravo interno	628
6.1	Petição de interposição	628
6.2	Julgamento	628
7.	Embargos de declaração	629
7.1	Prazo	630
7.2	Processamento	631
7.3	Efeito suspensivo	631
7.4	Julgamento	632
7.5	Efeito modificativo	633
7.6	Multa	634
7.7	Embargos de declaração e pré-questionamento	635
8.	Recurso ordinário	637
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento	638
9.	Recurso extraordinário e recurso especial	640
9.1	Petição de interposição	643
9.2	Efeito suspensivo	644

9.3	Demonstração da repercussão geral.....	644
9.4	Contrarrazões	647
9.5	Interposição simultânea	647
9.6	Reenvio.....	648
9.7	Julgamento	649
9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	650
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção...	651
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF	652
9.8.3	Decisão de afetação.....	652
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores	654
9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de deman- da repetitiva.....	655
9.8.5	Preparação para julgamento.....	655
9.8.6	Julgamento e consequências	656
9.8.6.1	No STF e no STJ	656
9.8.6.2	Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância	657
9.8.7	Manutenção do acórdão recorrido	660
9.8.8	Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem.....	660
10.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	661
11.	Embargos de divergência.....	662
11.1	Demonstração da divergência.....	664
11.2	Processamento	665
	<i>Epílogo</i>	667
	<i>Vocabulário de direito processual civil</i>	669
	<i>Bibliografia</i>	687
	<i>Sites</i>	700